

São Paulo, 22 de maio de 2015.

Oficio SSP / GS / AE nº 466/2015 - ad Ref. Prot. GS nº 4563/15 Ref.: Requerimento nº 254/15

Assunto: Câmara Municipal de Botucatu – encaminha pedido de instalação de uma Delegacia especializada em proteção ao Idoso.

Senhor Presidente

Em atenção à solicitação em epígrafe, expedida por

Vossa Excelência, cumpre-nos informar que, consultada a Delegacia Geral de Polícia Adjunta – DGPAD, após análise, a mesma se manifestou por meio da Resposta Técnica anexa.

Aproveitamos a oportunidade, para renovarmos

protestos de elevada estima e distinta consideração.

COORDENADOR

ASSESSORIA ESPECIAL PARLAMENTAR

Ao Excelentíssimo Senhor André Rogério Barbosa - Presidente Câmara Municipal de Botucatu Praça Comendador Emílio Peduti, 112 Cep: 18600-410 - Botucatu - SP



Secretaria da Segurança Pública POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Delegacia Geral de Polícia Adjunta Assistência Policial Judiciária



RHGS/rsr

NATUREZA

DGPAD nº 4634/2015 - Protocolo GS nº 4563/2015

INTERESSADO

Câmara Municipal de Botucatu

ASSUNTO

Requerimento nº 254/2015 - Solicita a instalação de

uma Delegacia de Proteção ao Idoso naquele

município

DESPACHO

APJ/DGPAD - 1698/2015.

Cuida-se de Requerimento subscrito pelo Vereador André Rogério Barbosa, postulando a instalação de uma Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso na cidade de Botucatu.

Instado por intermédio da respectiva hierarquia, o Excelentíssimo Delegado Seccional de Polícia de Botucatu manifestou-se contrário ao atendimento do pedido, consignando que a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher daquele município faz o atendimento diferenciado aos idosos.

No mesmo sentido também foi o posicionamento da Direção do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Sorocaba (DEINTER 7).

Além disso, restou consignado a inexistência de recursos humanos disponíveis para prover e viabilizar o funcionamento de novas unidades policiais.



Secretaria da Segurança Pública POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Delegacia Geral de Polícia Adjunta Assistência Policial Judiciária



Assim sendo, em que pese esta Delegacia Geral de Polícia Adjunta não dispor de meios para atendimento imediato da pretensão, afiança que a mesma poderá ser novamente analisada em oportunidade mais propícia.

Posto isso, restitua-se o presente à Assessoria

Especial Parlamentar da Pasta.

São Paulo, 20 de maio de 2015.

JÚLIO GUSTAVO VIEIRA GUEBERT Delegado Geral de Polícia Adjunto